A metalinguagem crítica da trilogia das semioses do golpe de Alexandre Rocha da Silva[1]

Fábio Sadao NAKAGAWA[2]
Patrícia de Oliveira IUVA[3]
Nísia Martins do ROSÁRIO[4]
Regiane Miranda de Oliveira NAKAGAWA[5]
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA/ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/ RS/ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Amaro, BA

RESUMO

De que maneira foi descontruído os modos de agenciamento de diferentes golpes ocorridos no Brasil e em países da América Latina pelos artigos "Semioses do Golpe", "Semioses do Golpe 2" e "Semioses do Golpe 3", produzidos por Alexandre Rocha da Silva e seus orientandes, nos anos de 2016, 2017 e 2018, no Grupo de Pesquisa Semiótica da Comunicação da Intercom? Essa é a pergunta motivadora do artigo com o objetivo de rever e, com isso, refazer por meio da metalinguagem crítica de um conjunto de trabalhos proposto por Alexandre, tendo como base as noções de diagrama, desterritorialização/ reterritorialização e falácia referencial.

PALAVRAS-CHAVE: Semiose; Golpe; Política; Semiótica.

1 Introdução

Nos anos de 2016, 2017 e 2018, o Grupo de Pesquisa Semiótica da Comunicação, do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM, recebeu artigos de Alexandre Rocha da Silva, escritos em conjunto com bolsistas de iniciação científica,

[1] Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA, professor do Departamento de Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia e coordenador do GP Semiótica da Comunicação da INTERCOM, e-mail: fabiosadao@gmail.com
[3] Professora do Departamento de Artes do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora do GP Semiótica da Comunicação da INTERCOM, e-mail: patiuva@gmail.com
[4] Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS e professora do Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e-mail: nisiamartins@gmail.com
[5] Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mídia e Formatos Narrativos da UFRB, professora permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do IHAC/ UFBA e professora Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e-mail: regianemo@uol.com.br

respectivamente nomeados "Semioses do Golpe", "Semioses do Golpe 2" e "Semioses do Golpe 3" (SILVA et al., 2016; SILVA et al., 2017; SILVA; WELANG; BOSCO, 2018) Essa trilogia abordou diferentes perspectivas dos golpes de estado no Brasil e em países da América Latina, trazendo insumos para o que, mais tarde, viria a se configurar como semiótica política nos estudos de pós-doutorado do autor, realizados entre 2019 e 2020 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), sob a supervisão de Lúcia Santaella.

O primeiro texto dedicou-se a investigar percursos narrativos da burguesia brasileira a partir do final da ditadura civil-militar, recorrendo à lógica do diagrama. O segundo artigo tratou de processos de desterritorialização e reterritorialização em golpes de estado em Honduras, Paraguai e Brasil, problematizando novas práticas golpistas. O último texto tensionou a falácia do referente e a produção de realidade, que incidiram sobre a condenação do ex-presidente Lula e o golpe de 2016.

A despeito dos fenômenos sociopolíticos abordados em cada trabalho, interessa-nos, neste artigo, trazer para a discussão as configurações que as semioses do golpe adquiriram com o passar do tempo ou, mais especificamente, o modo pelo qual o "golpe", em semiose, se atualiza. Esse recorte, por sua vez, tem um propósito muito específico: colocar em discussão alguns dos princípios da semiótica política proposta por Alexandre Rocha da Silva, que, antes de tudo, buscam explorar a semiose atrelada ao funcionamento de determinados fenômenos, pela qual, de fato, eles se tornam políticos. Trata-se, sobretudo, de uma perspectiva epistemológica que nos permite inquirir sobre as possibilidades de compreensão sígnica do golpe.

Em conformidade com a abordagem desenvolvida por Peirce, entende-se a semiose, primordialmente, como "[...] a forma básica ou princípio lógico-estrutural dos processos dialéticos de continuidade e crescimento" (SANTAELLA, 1995, p. 18), pelo qual um signo é capaz de se expandir em outro signo, denominado interpretante. À semiose, vincula-se um dos preceitos centrais do pragmaticismo, relacionado à mudança de hábitos ocasionada pela dúvida, que, necessariamente, conduz à superação de erros e à formulação de novos hábitos.

Esse processo encontra-se intrinsecamente relacionado aos devires políticos, pelos quais ocorrem os processos de desidentificação e ruptura de crenças já estabelecidas, que, por sua vez, geram a irrupção de "mundos possíveis" ou, como Lazzarato (2006, p. 216) afirma: "As novas lutas criam dispositivos, práticas, instituições que organizam a

transversalidade entre o molecular e o molar e pretendem criar desvios, fazendo recortes no molar, a partir do molecular".

Ao intitular a trilogia aqui analisada como "Semioses do Golpe", os(as) autores(as) deixam claro, de imediato, que intentam explorar a processualidade molar do "golpe" a partir do modo como ele se estende e se atualiza em outros signos (interpretantes) que, inclusive, contribuem para a sua contínua ressignificação, tendo por base empírica, primordialmente, a especificidade da maneira como esse fenômeno se constitui em países da América Latina. Ao mesmo tempo, por meio desse vir a ser, busca-se apreender de que maneira certos hábitos são superados à medida que novos são edificados, o que faz com que o signo "golpe" nunca permaneça o mesmo – assim como o objeto que o determina –, a ponto de ganhar novas configurações que, inclusive, dificultam o seu reconhecimento. Apesar de não ser o foco da trilogia, também buscaremos indicar, pelo raciocínio semiótico subjacente à formulação proposta pelos(as) autores(as), algumas possibilidades para se pensar desvios e recortes em relação aos agenciamentos moleculares do golpe.

Ao trazer para o debate a compreensão sobre as possibilidades de apreensão da semiose de fenômenos políticos por meio do diagrama, da desterritorialização e reterritorialização e da falácia do referente, objetivamos discutir a especificidade da semiose engendrada por cada um no âmbito da observação de fenômenos políticos, da mesma forma que buscaremos colocar em diálogo tais perspectivas com outros(as) autores(as) não diretamente relacionados às proposições presentes na trilogia dos artigos, mas que podem estabelecer com elas estreito diálogo e tensionamento. Nesse sentido, interessa-nos colocar o pensamento dos(as) autores(as) em semiose, de modo a também explicitar a dimensão política das suas ideias. Como Bruno Latour afirma: "[...] qualquer epistemologia é uma epistemologia política" (LATOUR, 2008, p. 54), em virtude do "esforço arriscado" que caracteriza qualquer processo de produção de conhecimento que pode levar ao questionamento de teorias, métodos e crenças já estabelecidas. Assim, entendemos que a epistemologia semiótica proposta por Alexandre Rocha da Silva é, também, política, não apenas porque propõe novas variáveis de análise para os fenômenos políticos, mas porque, igualmente, é capaz de suscitar novas inferências e novos questionamentos. Trata-se, assim, de pensar "contragolpes" como parte do continuum das semioses do golpe. E explorar tais possibilidades é o desafio que enfrentamos neste trabalho.

2 As semioses do golpe (re)diagramadas

O primeiro artigo, apresentado no Grupo de Pesquisa Semiótica da Comunicação do INTERCOM, em 2016, e que inaugura a série de textos relacionados às Semioses do Golpe, é resultado da pesquisa desenvolvida por Alexandre Rocha da Silva em parceria com seus(suas) orientandos(as) de iniciação científica — Alessandra Werlang, Gabriel Nonino e Suelem Lopes de Freitas. Intitulado "Semioses do golpe", seu objetivo não era compreender o processo de impeachment de Dilma Rousseff, que teve início em 2 de dezembro de 2015, como um golpe de estado. Mas sim, perceber, em outros momentos da história política brasileira, os modos de agenciamento da burguesia na manutenção do poder, por meio da análise de sinais não decifrados quando de seu surgimento, com o intuito de atentar para os possíveis índices prenunciadores da destituição de Dilma Rousseff do cargo da presidência do Brasil.

A estratégia de análise de Semioses do Golpe 1 selecionou como corpus "três marcos históricos" da história política brasileira sob a perspectiva das alianças feitas pela burguesia para a própria manutenção no poder. O primeiro ocorreu no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com o fim da ditadura civil-militar e o surgimento dos Partidos dos Trabalhadores. O segundo abrange a redemocratização brasileira e o fortalecimento da política liberal, com os mandatos do então presidente Fernando Henrique Cardoso. E o terceiro engloba os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, durante os quais é solidificado o pacto capital-trabalho. São "três fases distintas", que, apesar de dispostas diacronicamente, foram observadas em sincronia a partir da relação de conjunção e disjunção entre a burguesia e o poder, produzindo um "[...] percurso narrativo da burguesia brasileira desde o final da Ditadura Militar até o Golpe Midiático-Jurídico-Parlamentar de 2015-6 em busca de seu objeto de desejo: o poder" (SILVA et al., 2016, p. 1).

Observar as três fases distintas como semioses permitiu analisá-las por meio das expansões de um signo em outros, havendo, dessa maneira, a possibilidade de compreendê-las pelas correlações sígnicas articuladas entre elas. Em particular, tal configuração teve como base os índices das alianças políticas da burguesia brasileira, que, em uma espécie de operação detetivesca, foram utilizados para a elaboração de hipóteses abdutivas. Além disso, por meio da lógica do raciocínio indutivo, os índices recorrentes

nas três fases distintas contribuíram para a proposição da existência de certa constância nas ações da burguesia para a manutenção do seu poder político e econômico no país.

Dessa maneira, a análise ateve-se não apenas às indicialidades, mas, também, às operações icônicas das semioses por meio da noção de diagrama, que foi proposta pelo semioticista norte-americano Charles Sanders Peirce (1990). Trata-se do segundo tipo de hipoícone, no qual predomina, portanto, a secundidade na primeiridade, e que representa um dado objeto pelas relações possíveis e prováveis, estabelecidas entre as suas características e propriedades. É por isso que o diagrama se manifesta como uma imagem das relações e articulações entre os traços constitutivos do objeto dinâmico, permitindo funcionar como um recurso semiótico de visibilidade do agenciamento de sua estruturalidade.

Pela lógica de funcionamento do diagrama, a própria recorrência detectada entre os índices das três processualidades políticas da burguesia brasileira é resultado da inferência articulada pelo processamento diagramático, que ressalta a reiteração, a repetição e a ressignificação entre eles, como agenciamentos informacionais da própria semiose articulada entre semioses. Diagrama-se a reincidência de índices e, com isso, também se ressaltam as suas diferenças, pelas distintas parcerias e pelos desafetos políticos estabelecidos pela burguesia no seu anseio pelo poder. É por isso que os autores do artigo afirmam que as indicialidades, "[...] quando pensadas desde a perspectiva do diagrama, possibilitam identificar não apenas os fenômenos, mas também as relações estruturais a partir dos quais uma dada ordem de visibilidade e de enunciação se torna possível" (SILVA et al., 2016, p. 7).

Diagramar os índices, portanto, constitui um recurso metodológico de análise, cuja inspiração também dialoga com a arqueologia do saber de Foucault (1997), como um modo de tornar visíveis e enunciáveis as relações entre elementos dispersos, para produzir algum tipo de conhecimento sobre os agenciamentos de saber e de poder.

Nas três fases históricas abordadas no primeiro artigo da trilogia, foram analisadas as alianças políticas produzidas pela burguesia para sua manutenção no poder, por meio da relação de conjunção e disjunção, que é um tipo de relação utilizada no método de análise da semântica estrutural, proposto por Greimas (1973). A opção pela análise, com base no ponto de vista de uma classe social específica e a partir dos resultados obtidos por ela, implica obter informações sobre sua performance política. Ou seja, os signos dessa performance, que posteriormente foram correlacionados na lógica do diagrama,

carregam informações, sobretudo, sobre o processo de manipulação produzido pelo sujeito, que se enuncia por meio do uso das linguagens e esferas culturais para a produção dos enunciados com fins específicos.

Partir de determinado ponto de vista, que foi o recurso adotado na estratégia de análise, permitiu aos(as) pesquisadores(as) do artigo atentarem para a instância da enunciação, que se traduz como um contexto comunicativo, no qual o sujeito, ao atuar como um ser de linguagem, projeta nos enunciados seus rastros por meio das categorias de pessoa, tempo e espaço. É por isso que, na análise proposta, a burguesia passou a ser percebida como a "protagonista" dos e nos discursos e das ações em diálogo e em confronto com um outro, um tu, nomeado como "antagonista", cujo papel foi ocupado historicamente por diferentes sujeitos políticos, como a multidão, os movimentos sociais e os partidos de oposição.

Tal estratégia de investigação antevê a possibilidade de verificar os acontecimentos selecionados, por meio das enunciações daqueles identificados pela análise como os antagonistas da burguesia e, também, pelo ponto de vista de distintos outros atores políticos. Isso implica dizer que seria possível estabelecer os cruzamentos entre os diagramas oriundos de processos distintos de enunciação e, com isso, favorecer a visibilidade das diversas tensões produzidas no jogo político brasileiro.

É próprio do diagrama contemplar distintos cruzamentos, para que, nele, predomine sua lógica de funcionamento como um sistema aberto e, também, para que não se transforme em um esquema visual, como se fosse a figura de uma estrutura de algo delimitado somente pelo jogo interno entre suas ligações. Como um ícone de relações, o diagrama se expande em inúmeras e, algumas vezes, inusitadas conexões, como forma de estar em sintonia com a dinamicidade inerente à estruturalidade do objeto.

A estratégia de analisar os fatos políticos, a partir da relação de conjunção e disjunção entre a burguesia e o poder, também foi importante para a articulação do raciocínio diagramático, pois a análise parte, sobretudo, da relação, que, no caso, foi gerada pela tensão estabelecida entre a valoração eufórica/disfórica. Além disso, outro tipo de relação foi visibilizado pela análise através do conflito entre o protagonista e o antagonista, por meio do vínculo dialético entre burguesia/multidão, burguesia/partidos de oposição e burguesia/movimentos sociais. O interessante é perceber que os agenciamentos constituídos pela relação dialética interferem reciprocamente nas

articulações de conjunção/disjunção entre um actante específico e o objeto de valor em torno do poder.

Além dos dois tipos de relação mencionados, há, por exemplo, as relações de complementaridade, quando a função de protagonista é desempenhada por mais de um agente, ou a de intensidade, pelas diferentes gradações que modalizam a vinculação entre a burguesia e seu objeto de desejo. As inter-relações entre relações demonstram a capacidade do diagrama de sintetizar e correlacionar imageticamente intrincados nexos informacionais que, posteriormente, viabilizam a construção de generalidades em sintonia com a complexidade do fenômeno analisado. Trata-se de uma rede de relações na qual cada unidade se configura como uma mediação, e todas elas se intermediam em uma mediação ampliada.

Tal amplitude, visibilizada em partes por meio dos diagramas, alcança a dimensão do infinito quando é retomada a ideia de que o interpretante imediato do signo se traduz em outros signos que irão gerar outros mais, como é próprio do desenvolvimento de toda e qualquer semiose. De certa forma, o diagrama visa a apreender as expansões sincrônicas e diacrônicas das semioses e, por isso, pode ser correlacionado, também, com a capacidade mnemônica da cultura.

Nesse sentido, é possível estabelecer o diálogo com a ideia de memória cultural proposta por Lotman (1996), cujo funcionamento se faz tanto por informações que persistem em semioses constituídas em épocas distintas quanto por novas informações geradas pelas interfaces entre esferas culturais, nas quais os processos de tradução criam o inusitado por meio dos signos. De um lado, há o processo diagramático pela predominância da dimensão temporal, que correlaciona traços, signos, ações e discursos pela capacidade de transmissão e manutenção de informações entre semioses. De outro, há o processo diagramático pela predominância do espaço, que ressalta o signo novo em sincronia com a redundância.

3. Dos agenciamentos às contraefetuações semióticas

O segundo artigo da trilogia, “Semioses do Golpe 2”, foi apresentado no 40º Congresso da INTERCOM, realizado em Curitiba, no ano de 2017. Também foi escrito em conjunto com bolsistas de iniciação científica – Alessandra Werlang, Gabriel Nonino e Suelem Lopes de Freitas – e tinha como objetivo discutir processos de

desterritorialização e de reterritorialização concernentes aos golpes de estado ocorridos em: (1) Honduras em 2009; (2) Paraguai em 2012; e, (3) Brasil em 2016.

A estratégia teórico-metodológica sustentou-se na compreensão de que os agenciamentos coletivos de enunciação e maquínicos do desejo, com base em Deleuze e Guattari (2011), "[…] criam novas problemáticas semióticas, muitas vezes incompatíveis com os conceitos de que dispomos para designar os acontecimentos" (SILVA et al., 2017, p. 2). A partir de uma recuperação da teoria sígnica de Hjelmslev, que reformula a dicotomia saussuriana significante/significado e propõe o modelo de plano de expressão/plano de conteúdo, o artigo avança na elucidação do pensamento de Deleuze e Guattari (2011), ao declarar que os jogos semióticos são antes políticos do que linguísticos. Ou seja, "A intervenção quer sobre os conteúdos, quer sobre as expressões, produz transformações micropolíticas no centro dos processos de produção do signo" (SILVA et al., 2017, p. 4).

A partir dessa configuração, começamos a entender o projeto de uma semiótica, que traz para si questões para além do campo linguístico, ou seja, de ordem política. O percurso de Deleuze e Guattari seguido pelos(as) autores(as) se dá pelo enfrentamento dos agenciamentos coletivos de enunciação, dos agenciamentos maquínicos do desejo e pela questão do acontecimento. A esses três, acrescentam-se os processos de desterritorialização e reterritorialização, os quais parecem ser a operação central, que articula os objetos de análise: golpes de estado na América Latina, mais especificamente no Brasil, no Paraguai e em Honduras.

O movimento "das estratificações aos agenciamentos" evidencia uma articulação baseada nos pressupostos teóricos de que não há reterritorializações sem antes haver movimentos de desterritorialização. No entanto, ressalta-se que, para esse nível de reconhecimento, é necessária a compreensão dos acontecimentos, que "[...] inauguram novas camadas de possibilidades, desterritorializam territórios e abrem suas organizações para múltiplas linhas de fuga que podem ser geradas a partir do acontecimento instaurado" (SILVA et al., 2017, p. 6). O ponto fulcral, portanto, jaz sobre o que os(as) autores(as) chamam de "política do acontecimento": de um lado, conflitos com o que está territorializado (movimento de desterritorialização); de outro, os conflitos de tentativa de captura das linhas de fuga (reterritorialização). Ao considerarmos os regimes políticos, parece evidente que esse jogo semiótico está em constante disputa e é, justamente, nesse

sentido que "Semioses do Golpe 2" objetiva tensionar e demonstrar a potencialidade de uma compreensão da política pelas vias semióticas.

Com o intuito de demonstrar de forma mais efetiva o funcionamento de tais operações teóricas, o recorte e a análise dos golpes de Estado no Brasil, no Paraguai e em Honduras partiram da matéria expressiva da democracia e do plano de conteúdo do "corpo cidadania" e de seus diferentes agenciamentos maquínicos (corpo-cidadão, o corpo-presidente, o corpo-eleitor, o corpo-deputado, o corpo-juiz). É nesse esquema de expressão-conteúdo que os diferentes agenciamentos coletivos de enunciação e os maquínicos do desejo ocorrem e podem dar a ver desterritorializações e reterritorializações. O questionamento que permanece ao fundo da pesquisa é:

> No caso do Brasil, de Honduras e do Paraguai os corpos da presidenta Dilma Rousseff e dos presidentes Manuel Zelaya e Fernando Lugo deixaram de ser o de um presidente e transformaram-se em um ex-presidente; mas as enunciações que designam este acontecimento entraram em crise: teria sido um golpe ou um impeachment? (SILVA, et al., 2017, p. 8).

Na sequência, os resultados alcançados demonstraram que:

a) o agenciamento Honduras foi declarado como golpe, porque não houve desterritorialização do termo, do ponto de vista das enunciações – tratou-se de um golpe clássico com o apoio das forças armadas e a destituição de poderes antes constituídos;

b) o agenciamento Paraguai não foi declarado golpe de Estado, uma vez que os contratos legais e constitucionais foram, aparentemente, preservados e o presidente foi deposto a partir da abertura de um processo denominado impeachment. Os(as) autores(as) contemplam aqui um movimento de desterritorialização sobre a ideia de golpe, instituindo, portanto, o conceito de "golpe parlamentar" (enunciado pelo próprio presidente Fernando Lugo[6]);

c) o agenciamento Brasil, que tem maior destaque no artigo, é analisado diacronicamente desde a Era Vargas, com o intuito de constituir uma espécie de rastros históricos e golpistas no país. Mais especificamente, acerca da destituição da presidenta Dilma Roussef, a análise desvela procedimentos enunciativos que corroboraram a

[6] Não é mais um golpe de Estado contra o presidente, é um golpe parlamentar disfarçado de julgamento legal, que serve de instrumento para um impeachment sem razões válidas que o justifiquem" (SILVA *et al*,. 2017, p. 10).

narrativa do impeachment por meio de aparelhos legais e constitucionais, quando, na verdade, tratava-se de um golpe — aqui também entendido pelo viés da desterritorialização, pois agencia características semelhantes as do "golpe parlamentar" do Paraguai.

Os três agenciamentos analisados partem da observação de regularidades visíveis e enunciáveis do signo "golpe" em diferentes regimes na América Latina do século XXI, a fim de desvelar e compreender possíveis rearranjos no âmbito de seu funcionamento e de sua significação. Assim, tanto no nível do discurso, quanto no nível dos corpos, os(as) autores(as) compreendem tais acontecimentos no âmbito do conceito de máquina abstrata "Honduras-Paraguai-Brasil". É importante ressaltar que tal abordagem institui uma noção estratificada de território, ou seja, parte-se de um espaço de significação já instituído. É a partir desse espaço que é possível identificar movimentos que irrompem e desterritorializam uma dada ordem.

As semioses operadas a partir dos agenciamentos analisados na América Latina permitiram-nos compreender, em um nível macropolítico, o movimento de desterritorialização sígnica do "golpe" em dois contextos de recorrências conceituais (Paraguai e Brasil). No entanto, parece-nos que, a partir desse primeiro nível de agenciamentos, é possível sobrepor, ou melhor, entrecruzar outras séries de acontecimentos, principalmente aqueles que, notadamente, ficam em segundo plano — os micropolíticos e os processos de subjetivação —, pois identificamos em ambos a potencialidade de outras camadas de interpretação e de significação acerca do signo "golpe". Em outras palavras, a subversão ou a descentralização do golpe como algo, historicamente, subordinado aos interesses de quem detém o poder instituiria possíveis contraefetuações dos acontecimentos, nos termos de Maurizio Lazzarato (2017).

> A contra-efetuação do acontecimento se dá na interseção de três processos: 1) a batalha política com os dispositivos de poder (político, econômico, midiático); 2) a batalha política no interior do movimento entre as forças de oposição constituídas (sindicatos, trotskistas, comunistas, anarquistas etc.) e as forças em vias de constituição, a qual remete aos objetivos a serem alcançados, às modalidades organizacionais e de luta, às alianças a construir e à estratégia a implementar; 3) a relação que este nível de subjetivação molar mantém com os processos de subjetivação moleculares que emergem das práticas. (LAZZARATO; ROQUE, 2017, p. 7).

Assim, uma ação revolucionária pode irromper a partir de novos programas, até mesmo de programas que "desterritorializam" o sentido do golpe para uma prática reterritorializada sob a lógica constitucional do impeachment; basta que os planos não sejam limitados aos discursos que ensejam os códigos das lutas ou dos mecanismos que operacionalizam a máquina capitalística. De acordo com Guattari[7] (2011 apud LAZZARATO; ROQUE, 2017, p. 9), o esforço recai sobre a recusa em "[...] considerar que os arranjos semióticos de qualquer espécie devam necessariamente ser organizados em frases compatíveis com o sistema de significações dominantes".

Conjuntamente a essas aberturas possíveis para a compreensão das semioses do golpe, também pensamos na articulação com proposições foucaultianas menos arqueológicas que genealógicas. A genealogia, de acordo com Foucault (2014, p. 61-63), ocupa-se dos discursos e de sua dispersão descontínua e regular, mas seu estudo só pode ser empreendido através de uma pluralidade de séries em que os interditos interfiram e sejam diferentes em cada uma delas. A genealogia caracteriza-se por aproximar-se de análises das condições políticas dos discursos e institui dispositivos que regulam o saber e o poder na organização social.

> A análise ascendente que Foucault propõe e realiza estuda o poder não como uma dominação global e centralizada que se difundiria e repercutiria nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo existência própria e formas específicas no nível mais elementar. O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social, e de que também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, que, com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram utilizadas e transformadas pelas formas de dominação do aparelho de Estado. (MACHADO, 2007, p. 120).

A questão que parece despontar como caminho potencial para a contínua problematização das semioses do golpe diz respeito a questionamentos e aspectos que tensionam as rupturas e/ou os processos de subjetivação na ordem das micropolíticas semióticas, uma vez que nelas encontram-se, dispersas, visibilidades e enunciabilidades subjugadas pela ordem e pelo poder de estruturas dominantes. Ressalta-se, porém, que a transformação da subjetividade não se dá apenas com relação a si, trata-se, antes de tudo,

[7] GUATTARI, Félix. *Lignes de fuite. Pour un autre monde de possibles*. Éditions de l'Aube, 2011. *Apud* Lazzaroto e Roque (2017).

de uma "operação `ética´ sobre `si´ (um si individual ou coletivo)" (LAZZARATO; ROQUE, 2017, p. 12).

4. A produção sígnica de realidades

O terceiro artigo da trilogia foi apresentado no 41º Congresso da INTERCOM, realizado em Joinville/SC, no ano de 2018. "Semioses do Golpe 3" foi escrito em conjunto com Alessandra Werlang e Jacqueline Dal Bosco, ambas bolsistas de iniciação científica na época, e tinha como objetivo problematizar a "teoria da mentira" apresentada por Umberto Eco (1991), direcionando-se a uma teoria da produção sígnica de realidades. Ao invés de uma abordagem diacrônica, como nos primeiros dois artigos, os(as) autores(as) focaram no desmonte dos argumentos jurídicos construídos em documentos de autoria do então juiz Sérgio Moro, no que se refere à condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no caso do triplex do Guarujá/ SP.

A "teoria da mentira", do semioticista italiano, se constrói sobre a noção de "falácia referencial", isto é, parte do entendimento de que o signo é "um substituto significante de outra coisa qualquer" (ECO, 1991, p. 4), e essa 'outra coisa' – que tem relação com o referente ou objeto (do signo) – pode não existir. É isso que constitui a falácia referencial, ou seja, "[...] a suposição de que o significado de um signo é igual ao objeto referencial correspondente" (SILVA; WERLANG; BOSCO, 2018, p. 3). Em outras palavras, a crença na correlação entre conteúdo e referente e a confiança no código previamente estabelecido permitem a defesa de uma "teoria da mentira", uma vez que, depois da consolidação do modelo, o funcionamento semiótico independe do referente. Os(as) autores(as) do artigo entendem que essas reflexões de Eco são potentes para estudar a produção sígnica de realidades e, nessa via, a ação política dos signos.

O texto, contudo, vai buscar apoio no semioticista brasileiro Izidoro Blikstein, para desdobrar a argumentação sobre a produção sígnica de realidades. Blikstein (1993) procura ir além da semiologia estruturalista, indicando a disposição para entender não só os mecanismos de transformação do referente em realidade, mas, ao contrário, os mecanismos de conversão da realidade em referente. Esse processo se daria por meio dos traços ideológicos decorrentes da tentativa de diferenciação e de identificação e configuraria modelos ou "corredores semânticos", nos quais se estabelecem padrões e estereótipos de percepção. Assim, a língua é capaz de capturar o processo de percepção e

cognição, facilitando que o indivíduo compreenda a realidade no formato padronizado, programado pelos corredores semânticos da estereotipização. É nesse processo que o referente é fabricado e finge ser o real.

Dessa forma, o mecanismo que estrutura o pensamento dos(as) autores(as) do artigo se constrói por meio da correlação teórica entre a falácia referencial abordada por Eco e a fabricação de referentes e realidades de Blikstein. Além disso, no período analisado, a iterabilidade[8] é tangenciada como produtora das realidades discursivas, apoiadas pelas ordens midiáticas que repetem os discursos dos juízes. A problemática construída pelo texto mostra que língua e práxis estão em correlação na criação de estereotipia, ou seja, "[…] a práxis cria a estereotipia de que depende a língua e esta materializa e reitera a práxis" (SILVA; WERLLANG; BOSCO, 2018, p. 5). A problemática também tensiona os princípios usuais da lógica de designação e construção de sentidos e, ao mesmo tempo, chama a enfrentar os jogos de forças que se apresentam de acordo com as crenças e os contextos. Nessa perspectiva, desenvolve o argumento que leva à desmontagem semiótica de parte da sentença condenatória escrita pelo juiz Sérgio Moro, aplicada em 2018, no processo n.º 5046512-94.2016.4.04.7000 contra o ex-presidente Lula, cujas alegações foram lavagem de dinheiro e corrupção. O procedimento metodológico se dá com base em análises de Euclides Mance, de 2017, no livro Falácias de Moro. O texto se debruça especialmente sobre quatro falácias: da inversão do ônus da prova, do apelo à previsão, da equivocação e do non sequitur[9].

É possível perceber que vai se tecendo, nesse movimento, um diagrama que, por inferências, revela a fabricação da condenação de Lula na articulação entre linhas de poder e usos de modelos de estereotipização pela falácia referencial. Por isso, torna-se possível a inversão legal do ônus da prova e que o acusado (e não mais o acusador) seja o responsável por produzi-la. Em vista disso, é possível alterar termos e produzir uma sentença no futuro do pretérito sem a comprovação do que aconteceu, mas apenas com base no que aconteceria. Diante disso, o uso repetido de termos que buscam equivocar os sentidos e incorporar novos conteúdos é aceitável como estratégia de fabulação. Por fim, por esse caminho, numa relação de causalidade, é possível chegar a uma decisão

[8] Os (as) autores(as) o artigo Semiose do Golpe 3 apenas citam o termo "iterabilidade" (DERRIDA, 1991). O termo pode ser entendido, de forma muito sucinta, como um elemento constitutivo da linguagem, realizável por meio da repetição e da citação (citacionalidade), colocando os sentidos em crise permanente.
[9] Segundo o artigo, *non sequitur* "é inferência ou conclusão que não é consequência lógica das premissas" (SILVA; WERLANG; BOSCO, 2018, p. 5).

jurídica sem que haja relação com a premissa. Os(as) autores(as) do artigo observam muito bem que "[...] desde o início se trata de poder, do poder que uma dada versão tem de naturalizar seu objeto fabricado" (SILVA; WERLLANG; BOSCO, 2018, p. 5). E, nesse caso, a semiose do golpe se constrói sobre uma semiótica jurídica da falácia.

Em acréscimo ao que é defendido pelos(as) autores(as), é importante observar que, ao apresentar a possibilidade de uma "teoria da mentira", Eco (1991) alerta que os signos têm o potencial de produzir mensagens complexas que nem sempre vão indicar estados de mundo e, dessa maneira, podem ser usados para mentir, manipular, seduzir, persuadir, entre outros. Sendo isso uma parte dos jogos de designação e dos agenciamentos semióticos que se engendram nos discursos do nosso tempo, o "analfabetismo semiótico" citado na última seção do terceiro artigo torna-se ainda mais relevante. Tal "[…] analfabetismo tem um nome e é um sintoma. O nome é crença no real e na possibilidade de acesso a esse real por meio dos signos; e o sintoma é a descrença no jogo de forças que produz os signos, as significações e fabrica o referente" (SILVA; WERLANG; BOSCO, 2018, p. 12).

Vale lembrar uma convergência: a Escola Tartu-Moscou[10] defende, justamente, que o papel da semiótica da cultura é proporcionar uma "alfabetização semiótica" (MACHADO, 2003). Existe aí uma potência para auxiliar os agentes sociais e políticos (não só os agentes científicos) no desvendamento das semióticas subjacentes, uma vez que uma alfabetização semiótica permitiria entender que a questão de relevância não está na relação entre significante, significado e referente, mas, sim, na construção de sentidos e nos processos de semiose (de tradutibilidade), o que permitiria desvendar os jogos de forças que conseguem fabricar e fixar realidades.

5. A semiose policial do golpe e suas virtualidades políticas

Ao longo da análise dos três artigos que compõem a trilogia Semioses do Golpe, foram realizadas algumas alusões acerca do cerne das preocupações da semiótica política, que, conforme apontamos no início deste trabalho, fundamentam-se nos preceitos pragmaticistas estabelecidos por Peirce, relacionados à ação exercida pelos signos

[10] A Escola de Tártu-Moscou (ETM) foi constituída na década de 60, na Universidade de Tártu, Estônia, e agregou pesquisadores de diferentes campos do saber com o intuito de estudar os mais variados sistemas de linguagem que formam a cultura. Um dos seus principais representantes é o semioticista Iuri Lotman.

interpretantes no processo de geração de hábitos e superação de erros. Como apontam os(as) autores(as) da trilogia, uma semiótica política deve "[...] tomar os efeitos interpretantes do signo genuíno como primeiro passo para a desconstrução [...]" (SILVA et al., 2016, p. 4), uma vez que: "Semioticamente falando, é em terceiridade que a cognição se completa, que os elementos que compõem a semiose tornam-se efetivamente visíveis e enunciáveis" (SILVA et al., 2016, p. 5). Dessa forma, relativamente a cada artigo, buscou-se delinear as codificações que se colocam como dominantes em diferentes momentos sócio-históricos do Brasil e de países da América Latina, pelas quais se pode apreender os dispositivos e, por consequência, o que é visível e enunciável – atuantes em diferentes épocas.

Porém, apesar de suas especificidades, em todos os textos, nota-se que a base de análise se volta para os interpretantes gerados pelos agenciamentos molares, sem os quais não seria possível "[…] compreender as processualidades micropolíticas havidas no país nas últimas décadas" (SILVA et al., 2016, p. 5), uma vez que macro e micropolítica subsistem em constante diálogo e tensionamento.

No que tange à dimensão micropolítica, nota-se que ela é abordada apenas no primeiro artigo, quando os(as) autores(as) fazem remissão ao "poder instituinte da multidão" (SILVA et al., 2016, p. 10), com o intuito de qualificar o movimento operário que eclodiu no final da década de setenta, o qual resultou na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Todavia, a multidão é abordada pelo seu "caráter reativo" (SILVA et al., 2016, p. 10), uma vez que a abordagem toma por base as atualizações do poder exercido pela burguesia brasileira ao longo da história.

Interessa-nos, aqui, apontar os desdobramentos da opção pela abordagem dos agenciamentos molares como ponto de partida para a apreensão das semioses do golpe – outra possibilidade seria considerar os devires moleculares para, então, conjecturar sobre a dimensão reativa do golpe –, ou, mais, especificamente, o que tal perspectiva nos permite apreender sobre o conhecimento passível de ser produzido pela semiótica política quando toma por base as semioses molares do golpe.

Por meio do diálogo com Jacques Rancière (1996), a nosso ver, tais semioses se coadunam muito mais com o funcionamento da polícia do que, efetivamente, com a política, apesar do estreito vínculo existente entre ambas. Para o autor, a polícia relaciona-se aos processos que envolvem a ordenação dos poderes, bem como os modos de

constituição de consensos coletivos pelos quais são estabelecidos os lugares a serem ocupados pelos corpos, ou, ainda:

> [...] uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. (RANCIÈRE, 1996, p. 42).

A política, por sua vez, pressupõe a ruptura dessa lógica, pois ocorre quando a parcela daqueles que, segundo a polícia, "não contam", produz um litígio que explicita a irrupção de um dano na(s) ordem(ns) policial(is) vigente(s), pelo qual se constrói a igualdade, que nunca é perene. Ainda segundo o autor (RANCIÈRE, 2014), não existem sujeitos políticos a priori, uma vez que o sujeito se torna político quando se envolve numa relação entre "dois termos contraditórios" (RANCIÈRE, 2014, p. 138), os quais abarcam, a um só tempo, a polícia e a política que irrompe a partir da relação. Dessa forma, a política caracteriza-se, primordialmente, pelo "nó entre o sujeito e uma relação" (RANCIÈRE, 2014, p. 138) e se desfaz à medida que o litígio se territorializa. É por isso que o autor afirma que "[...] a manifestação política é sempre pontual e seus sujeitos são sempre precários. A diferença política está sempre à beira do seu desaparecimento [...]" (RANCIÈRE, 2014, p. 149).

Apesar de breve, essa síntese nos permite aventar algumas conjecturas acerca do tipo de abordagem que parece ser dominante na trilogia sobre as semioses do golpe. Conforme aponta Rancière (2014, p. 146), a polícia é, antes de tudo, "uma constituição simbólica do social" , à qual se vincula um sistema de codificação e/ou semiose muito específico, relacionado à inexistência de vazios e suplementos que possam vir a ser ocupados por modos de ser, de fazer e de ação que não se coadunam com aqueles estabelecidos pela lógica policialesca. Nesse sentido, a polícia pode adquirir diferentes configurações, porém, a função simbólica primordial e sua semiose permanecem, ou seja, impedir o surgimento de qualquer vazio.

Entendemos que a semiótica política busca apreender as processualidades que o signo "golpe" adquire e que, inclusive, podem vir a dificultar seu próprio reconhecimento, assim como foi apontado com relação aos arranjos midiático-jurídicos em Semioses do Golpe 2 e 3. Trata-se, a nosso ver, da tentativa de discriminar um mesmo hábito policial

que se atualiza continuamente, gerando formas de ação específicas, de modo a evitar e formação de vazios ou, como afirma Rancière (2014, p. 147): a "exclusão do que 'não há" , que, tal como os (as) autores(as) sugerem, tem marcado a história política do país.

Seguindo as pistas presentes em Semioses do Golpe, interessa-nos ainda fazer uma última consideração. Segundo o falibilismo e o pragmaticismo peirceanos, todo hábito caracteriza-se pela descontinuidade, pois é passível de ser questionado e/ou superado pela irrupção da dúvida, que, por sua vez, leva à geração de novos hábitos. Em conformidade com essa perspectiva, não se pode perder de vista que a contínua reiteração do hábito golpe também possui suas virtualidades, referentes às possibilidades de produção de um dano e, por consequência, a irrupção da política que, como Rancière afirma, se caracteriza por "uma intervenção sobre o visível e o enunciável" (RANCIÈRE, 2014, p. 147). Segundo o autor, a política necessariamente irrompe pelo tensionamento com a ordem policial vigente. E, assim como o golpe pode ganhar diferentes atualizações, o mesmo pode ocorrer com o seu contraponto político, que, inclusive, também pode não se mostrar com clareza. Apreender essas relações talvez seja, a nosso ver, a principal contribuição que o pensamento semiótico subjacente à trilogia Semioses do Golpe pode oferecer para a compreensão da atual conjuntura política.

Ainda que não tenha sido diretamente abordada em Semioses do Golpe, entendemos que essa é uma questão que não pode ser desconsiderada quando se pensa o golpe pela perspectiva da semiose, tal como proposta na trilogia. Trata-se, assim, de pensar, de forma pragmaticista, as semioses passíveis de serem geradas pelo golpe.

6. Exemplos de citações

Em artigo de 2015, intitulado Semiótica Crítica: materialidades, acontecimentos e micropolíticas, publicado na revista Intexto, Alexandre Rocha da Silva descreve, juntamente com André Araújo, o que entende por semiótica crítica e sua constituição. A partir do posicionamento dos autores, pode-se afirmar que a semiótica crítica é acionada pela desconstrução (Derrida) e pela linguagem como política (Deleuze e Guattari).

Tendo em vista isso, um olhar atento à trilogia da Semiose do Golpe permite constatar que, ao mesmo tempo que atravessam os artigos, esses dois eixos também podem contribuir de forma consistente para combater o "analfabetismo semiótico", indicado em Semioses do Golpe 3. Os três textos, por um lado, fazem um investimento

na desconstrução dos golpes por meio de desmontagens teórico-metodológicas de diversos fatos que contribuíram para a configuração desse fenômeno em diferentes momentos. Por outro lado, se dedicam a encontrar os indícios das relações políticas que se fundam na linguagem.

Conforme apontamos, a semiótica política merece realce, uma vez que as semioses do golpe encaminham reflexões em direção a ela. Conforme observam os autores:

> Uma semiótica política não se deixa assujeitar pela falácia do referente, e não derrama uma lágrima sequer diante dos discursos que denunciam a falácia como se houvesse, em algum lugar, uma verdade pura, puríssima. Uma semiótica política será sempre um dispositivo de desconstrução de toda essa arquitetura que sustenta o cinismo republicano-liberal para, justamente, encobrir o jogo de forças que o naturaliza, ou seja, para encobrir a semiose (SILVA; WERLANG; BOSCO, 2018, p. 13).

Os caminhos apontados pelo professor Alexandre e seus orientandos nas Semioses do Golpe encaminham para a necessidade de trazer à tona a semiótica política, colocando em movimento esse dispositivo de "desconstrução do cinismo", bem como focar-se nos "jogos de forças" e nos processos de semiose que os engendram.

O semioticista mexicano Fernando Buen Abad Domingués pode trazer potência – talvez até em dose exagerada – ao pensamento do semioticista brasileiro (Alexandre Rocha da Silva); por isso, ainda que não compartilhem da mesma veia epistemológica, vale a pena colocá-los em conexão. Em seu livro La guerra simbólica – hacia uma semiótica para la emancipación, Domingués (2012) trata de uma semiótica crítica e política que se volta para desmontar aquilo que, historicamente, foi construído para dominar o conhecimento.

Nessa via, a semiótica seria um instrumento para tornar transparentes os fluxos ideológicos (entre outros) que se objetivam nos signos e, então, compreendê-los criticamente. A semiótica, portanto, precisaria ocupar-se das lutas sociais, estudar os condicionamentos de todas as ordens, voltar-se para as minorias, incluir povos originários e todos os que têm sido esquecidos no "reino da significação". Em uma entrevista à revista Mídia e Cotidiano (SCHNEIDER; BONETTI, 2021, p. 359), o semioticista também defende uma semiótica crítica que se insere numa perspectiva política engajada, entendendo essa semiótica como "uma práxis para desativar as máquinas de guerra

ideológicas", produzindo ferramentas para a construção de uma "semiose emancipadora". Propõe uma semiótica crítica como uma corrente científica de combate, que não seja subordinada e, portanto, se constitua numa beligerância epistemológica.

No diálogo com Domingués, não podemos desconsiderar que a ética subjacente às preocupações da semiótica política e crítica proposta por Alexandre Rocha da Silva sempre foi pautada pela possibilidade oferecida pelo pensamento semiótico em desconstruir estruturas sígnicas de poder, para, então, agir sobre e contra elas. Mais uma vez, nota-se a ação do princípio pragmaticista em seu pensamento, visto que a mudança de hábitos deve, necessariamente, estabelecer um vetor para a conduta e a ação, mesmo que rumo a um imponderável. Esse é, sem dúvida, um dos principais legados deixados por Alexandre em nós.

REFERÊNCIAS

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade.** São Paulo: Cultrix, 1993.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia**.** Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2011.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Campinas: Papirus, 1991.

DOMINGUÉS, Fernando Buen Abad. **La guerra simbólica** – hacia una semiótica para la emancipación. Manresa, Espanha: Bellaterra, 2012.

ECO, Umberto. **Tratado geral de semiótica.** São Paulo: Perspectiva, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julius. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.

LATOUR, Bruno. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. *In*: NUNES, João A.; ROQUE, Ricardo (orgs.). **Objetos impuros:** Experiências em estudos sobre a ciência. Porto: Edições Afrontamento, 2008. p. 37-60.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO; Maurizio; ROQUE, Tatiana. Rupturas subjetivas e investimentos políticos: junho de 2013 no Brasil e problemas de continuidade. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 392-407, 2017.

LOTMAN, Iuri M. **La Semiosfera I**: semiótica de la cultura y del texto. Madrid: Cátedra, 1996.

MACHADO, Irene. **Escola de Semiótica.** São Paulo: Ateliêr Editorial, 2003.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

MANCE, Euclides. **Falácias de Moro:** análise lógica da sentença condenatória de Luiz Inácio Lula da Silva Processo n. 5046512-94.2016.4.04.7000. Passo Fundo: Editora IFIBE, 2017.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

RANCIÈRE, Jacques. **Margens do político.** Lisboa: KKYM, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento.** São Paulo: Ed. 34, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos.** Semiose e autogeração. São Paulo: Ática, 1995.

SCHNEIDER, Marco; BONETTI, Marco Antônio. Fernando Buen Abad Domínguez: epistemologia de combate e semiótica crítica. **Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 15, n. 3, p. 357-367, set./dez., 2021.

SILVA, Alexandre Rocha; ARAÚJO, André. **Semiótica Crítica**: materialidades, acontecimento e micropolíticas. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 132-145, set./dez., 2015.

SILVA, Alexandre Rocha; WERLANG, Alessandra; NONINO, Gabriel; FREITAS, Suelem Lopes de. Semioses do Golpe. *In:* 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2016. p. 01-18.

SILVA, Alexandre Rocha; WERLANG, Alessandra; NONINO, Gabriel; FREITAS, Suelem Lopes de. Semioses do Golpe 2. *In:* 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017, Curitiba. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2017. p. 01-18.

SILVA, Alexandre Rocha; WERLANG, Alessandra; BOSCO, Jacqueline dal. Semioses do Golpe 3. *In:* 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2018, Joinville. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2018. p. 01-14.